

Semiótica e literatura: uma análise de um texto bíblico pela teoria de Charles Peirce

Humberto Marcos Balaniuc*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

RESUMO

Este artigo tem por objetivo realizar um exercício de interpretação de um texto literário – mais especificamente um texto bíblico - usando a semiótica peirciana. Os conceitos empregados são oriundos da filosofia de Peirce, tomando-se, principalmente, a classificação dos argumentos, a classificação de signos e a sua noção de como se dá o processo de investigação científica. O texto bíblico a ser utilizado é o relato da ressurreição de Jesus, conforme o escreveu o evangelista João, e a finalidade proposta é entender como a semiótica geral de Charles Peirce pode colaborar na compreensão dos mecanismos de significação do texto, fornecendo ao exegeta conceitos que sejam frutíferos quanto ao entendimento textual, além de demonstrar que a semiótica pode ser utilizada como ferramenta de interlocução entre a filosofia e a literatura. Ao final, espera-se demonstrar que, de fato, a semiótica peirciana fornece elementos úteis a esse empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica. Lógica. Bíblia.

ABSTRACT

This article aims to carry out an exercise in the interpretation of a literary text - more specifically a biblical text - using Peircean semiotics. The concepts used come from Peirce's philosophy, taking into account, mainly, the classification of arguments, the classification of signs and his notion of how the process of scientific investigation takes place. The biblical text to be used is the account of the resurrection of Jesus, as written by the evangelist John, and the proposed purpose is to understand how Charles Peirce's general semiotics can collaborate in the understanding of the mechanisms of meaning of the text, providing the exegete with concepts that are fruitful in terms of textual understanding, in addition to demonstrating that semiotics can be used as a tool for dialogue between philosophy and literature. In the end, it is understood that, in fact, Peircean semiotics provides useful elements to this enterprise.

KEYWORDS: Semiotics. Logics. Bible.

A semiótica geral de Charles Sanders Peirce tem tido aplicações diversas na área da comunicação. A literatura e o estudo de textos verbais de maneira geral têm sido objeto de investigação da semiótica peirciana com o objetivo de compreender como a linguagem é utilizada para gerar certos significados. Dentro do universo de textos verbais-literários, uma área ainda pouco explorada por essa semiótica é a dos textos bíblicos. A busca da compreensão da validade do uso da semiótica peirciana em textos escriturísticos é o objetivo deste artigo, ao pretender analisar um texto da Bíblia por meio da semiótica geral de Charles Peirce e de alguns conceitos de sua filosofia e analisar se de fato a semiótica colabora no entendimento do seu sentido.

* 119v18@gmail.com

Recebido em 05/09/2022
Aprovado em 25/11/2022

O uso de temáticas bíblicas na análise do processo semiótico não é estranho ao próprio Peirce. Em seus textos, percebe-se constantemente referências às Escrituras Sagradas, mesmo que de forma indireta. No livro *Ilustrações da Lógica da Ciência* (2008), por exemplo, encontramos as seguintes citações ao texto bíblico ou mesmo à teologia cristã: a doutrina da transubstanciação vista por meio da lógica (p. 72); a doutrina do livre-arbítrio (p. 76); e Enoque e Elias (p. 175), sendo que esses dois personagens são citados por Peirce em um argumento que envolve a mortalidade do ser humano. Pelo texto bíblico, Enoque e Elias não passaram pela morte. Há outras referências que poderiam ser citadas, mas estas poucas mostram que o texto bíblico e suas doutrinas foram usados por esse filósofo como referências para a análise de conceitos da semiótica, autorizando-nos a fazer outras associações, além daquelas que ele explicitamente fez.

A tarefa de interpretação de textos, por sua vez, é de interesse, obviamente, tanto de áreas das ciências humanas, como a Crítica Literária e a Linguística, como da hermenêutica bíblica. A respeito da atividade interpretativa, assim declara Stephan Collini, na introdução do livro *Interpretação e Superinterpretação*, de Umberto Eco:

A interpretação não é, evidentemente, uma atividade inventada pelos teóricos da literatura do séc. XX. Na verdade, as dificuldades e discussões sobre a caracterização dessa atividade tem uma longa história no pensamento ocidental, derivada sobretudo da tarefa importante de instituir o significado da Palavra de Deus. A fase moderna dessa história remonta essencialmente à percepção mais aguda do problema do significado textual introduzido pela hermenêutica bíblica associada a Schleiermacher no começo do século XIX e à posição central da interpretação para o entendimento de todas as criações do espírito humano tomada como base de um programa de pleno alcance da *Geisteswissenschaft* de Dilthey no fim do século (ECO, 2005, p. 4).

Percebe-se como a questão da interpretação textual é de importância não somente dentro do âmbito dos estudos de textos bíblicos, mas para “todas as criações do espírito humano” (ECO, 2005, p.4), expressão que envolve as ciências humanas dentro da tradição anglo-saxônica, correspondente ao *Geisteswissenschaft* de tradição germânica.

Para a análise do texto bíblico, serão utilizados alguns dos conceitos semióticos propostos por Peirce, especialmente os da classificação dos signos (gramática especulativa) e o conceito de argumento abdução (lógica crítica), além de se fazer uma analogia com o processo de investigação científica tal como proposto por esse filósofo. Ferraz afirma, em seu artigo *Leitura do Texto Literário: Uma Abordagem Semiótica*, que a Teoria Geral dos Signos apresenta:

[...] ferramentas comprovadamente aplicáveis a uma abordagem crítico-analítica do texto literário, não apenas para confirmar tal aplicabilidade, mas principalmente para descrever um instrumental capaz de auxiliar-nos na compreensão desse gênero de textos. As categorias aqui aplicadas apontam caminhos, mas não fornecem fórmulas para descrevermos a literariedade (FERRAZ, 2012, p.79).

De modo análogo, o objetivo deste artigo não é provar uma fórmula semiótica de interpretação textual, mas ajudar a compreender o uso de conceitos oriundos da semiótica geral quando aplicados à leitura e compreensão de textos bíblicos e, por conseguinte, literários.

Segue, nesta seção, uma apresentação simples de conceitos da filosofia peirciana que dirigirão o trabalho de interpretação do texto proposto.

A fixação da crença

Em *Ilustrações da Lógica da Ciência* (2008, p. 37), Peirce escreve que “o objetivo do raciocínio é descobrir, a partir da consideração daquilo que já sabemos, alguma coisa que desconhecemos”: a investigação científica é entendida como um processo de busca de um conhecimento novo a partir de um conhecimento já existente, desencadeado por um estado de dúvida. A esse estado inicial, Peirce (2008, p. 43) conceituava como “irritação da dúvida”. Partindo desse princípio, estabelece-se, desde já, o início da interpretação textual a partir da “irritação da dúvida” - “[...] a dúvida é um estado de desconforto e insatisfação do qual lutamos para nos libertar e passar para o estado de crença; enquanto este último é um estado calmo e satisfatório que não desejamos evitar, ou mudar para uma crença em outra coisa qualquer” (PEIRCE, 2008, p. 41).

Como consequência lógica, a questão a seguir é determinar qual método será estabelecido para se chegar ao estado de crença. Peirce afirma existirem quatro métodos de fixação da crença: 1 – o método da tenacidade, que consiste no indivíduo estabelecer uma opinião, tomando uma resposta qualquer e reiterando-a constantemente; 2 – o método da autoridade, em que o Estado ou um poder religioso determina aquilo o que deve ser crido; 3 – o método “a priori”, em que uma proposição fundamental é aceita por ser “agradável à razão”. Esse método, segundo Peirce, “faz da investigação algo similar ao desenvolvimento do gosto, mas o gosto, infelizmente, é sempre mais ou menos uma questão de moda” (PEIRCE, 2008, p. 50); 4 – o método da ciência, em que a crença é causada por algo fora do homem, de tal forma que, ao ser analisado por pessoas diferentes, a conclusão seja a mesma.

O conceito de buscar um método que não seja baseado em opiniões particulares, mas baseado na lógica, pretende oferecer um caminho mais seguro à questão da interpretação textual.

Uma breve apresentação dos argumentos

“Um argumento é um signo que representa distintamente o interpretante, denominado de sua *Conclusão*, que ele deve determinar” (PEIRCE, 2010, p. 29). O argumento, portanto, deve levar a uma conclusão, que é o próprio interpretante do signo. Há três tipos de argumentos lógicos: abdução, indução e dedução. Seguem as definições de Peirce a respeito desses tipos de argumento:

Dedução: “é um argumento que representa fatos nas premissas, de tal modo que, se vamos representá-lo num Diagrama, somos compelidos a representar o fato declarado na con-

clusão” (PEIRCE, 2010, p. 29). A dedução tem um caráter compulsório, pois a conclusão surge como um fator necessário dadas as premissas colocadas. Um diagrama possível seria como segue: Todo A é B. C é A. Conclusão: C é B.

A abdução – ou hipótese – é o único tipo de argumento que se inicia afirmando uma nova ideia. É, por isso, chamada de Originária.

Abdução é um fato que apresenta fatos em suas premissas que apresentam uma similaridade com o fato enunciado na conclusão, mas que poderiam perfeitamente ser verdadeiras sem que essa última também o fosse, mais ainda sem ser reconhecida; de tal forma que não somos levados a afirmar positivamente a Conclusão, mas apenas inclinados a admiti-la como representando um fato do qual os fatos da premissa constituem um ícone (PEIRCE, 2010, p. 30).

Ainda ao comentar sobre a abdução, Peirce explica as condições para que uma hipótese explanatória possa merecer a condição de hipótese:

Naturalmente, ela deve explicar os fatos. Mas, que outras condições deve preencher para ser boa? A questão da excelência de alguma coisa depende de se essa coisa preenche seus objetivos. Portanto, qual o objetivo de uma hipótese explanatória? Seu objetivo é, apesar de isto estar sujeito à prova da experiência, o de evitar toda surpresa e o de levar ao estabelecimento de um hábito de expectativa positiva que não deve ser desapontada. Portanto, qualquer hipótese pode ser admissível, na ausência de quaisquer razões especiais em contrário, contanto que seja capaz de ser verificada experimentalmente, e apenas na medida em que é passível de tal verificação. É esta, aproximadamente, a doutrina do pragmatismo (PEIRCE, 2010, p. 233).

Esse comentário de Peirce demonstra a relação entre argumento abdução e pragmatismo, revelando a unidade de seu pensamento filosófico. Ressalta-se, aqui, a importância da experiência na verificação da hipótese formulada, sendo que essa experimentação levará à questão do argumento indutivo. Ainda sobre a abdução, Ibri tece o seguinte comentário:

Como argumento originário, ou seja, como gênese de uma teoria explicativa dos fatos, o raciocínio abdução parte da experiência observada para a construção do conceito. Não cabe, nesse ponto, analisar como este processo se dá, mas, sim e apenas, assinalar que o vetor abdução tem sentido contrário ao indutivo (IBRI, 2015, p. 163).

A indução, ou argumento transuasivo, por sua vez, tem um caráter probabilístico pois emerge de uma hipótese que é resultante de argumento abdução. “Este argumento é Transuasivo, também, quanto ao fato de só por si nos propiciar uma razoável certeza de uma ampliação de nosso conhecimento positivo” (PEIRCE, 2010, p.30). O argumento indutivo apresenta em sua conclusão uma regra geral, ao contrário do argumento dedutivo em que a regra geral se apresenta como a primeira premissa. Segundo Peirce:

A indução consiste em partir de uma teoria, dela deduzir predições de fenômenos e observar esses fenômenos a fim de ver *quão de perto* concordam com a teoria... A razão pela

qual assim devemos proceder é que nossa teoria, se ela for admissível mesmo como teoria, consiste simplesmente em supor que tais experimentos apresentarão, a longo prazo, resultados de uma certa natureza... Assim, a validade da indução depende da relação necessária entre o geral e o singular. É exatamente isso que constitui a base do pragmatismo (PEIRCE, 2010, p. 219; 220).

Percebem-se, nas palavras de Peirce, as condições necessárias para a aceitação de um argumento indutivo e como, novamente, a lógica crítica se conecta e dá base para a metodêutica. Peirce, em seus escritos sobre os três tipos de raciocínio, desenvolve ainda o conceito de argumento relacionando-o à ideia de significado, o que interessa ao escopo deste artigo, visto que é uma tentativa de trabalhar o significado de um texto por meio de sua semiótica, a partir da investigação dos mecanismos de significação próprios do texto, utilizando-se de sua classificação de argumentos e da classificação de signos:

Já analisamos algumas razões para sustentar que a ideia de *significado* é tal que envolve alguma referência a um *propósito*. Mas, significado só se atribui a representamens, e o único tipo de representamen que tem um definido propósito confesso é um 'argumento'. O propósito confesso de um argumento é o de determinar uma acolhida de sua conclusão, e chamar a conclusão de um argumento de seu significado é algo que está em concordância com os usos gerais (PEIRCE, 2010, p. 220).

Por fim, Peirce resume os três tipos de argumento da seguinte forma: "A Dedução prova que algo *deve* ser; a Indução mostra que alguma coisa é *realmente* operativa; a Abdução simplesmente sugere que alguma coisa *pode ser*" (PEIRCE, 2010, p. 220).

A classificação dos signos

Grande parte da importância de Charles Peirce para o esforço de compreensão da semiótica reside em seus estudos de classificação de signos. A partir da fenomenologia peirciana, é possível inferir uma classificação sgnica que, por sua vez, objetiva a compreensão do fenômeno de uma maneira lógica. A classificação dos signos proposta por esse filósofo é bastante conhecida e foge ao escopo deste artigo uma análise mais detalhada dela. Cabe aqui registrar a importância dos estudos realizados por ele a respeito dos signos para o desenvolvimento da semiótica.

Assim definia Peirce o signo:

[...] um signo, ou representamen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas como referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do representamen (PEIRCE, 2010, p. 46).

Peirce desenvolve uma série de tríades de signos a partir das relações entre os três correlatos do signo triádico. Entre as mais conhecidas estão as tríades da relação do signo consigo mesmo, com seu objeto e com seu interpretante. A partir da relação dessas tríades com as categorias da fenomenologia, obtém-se o seguinte quadro de classificação triádica:

	FUNDAMENTO	OBJETO	INTERPRETANTE
PRIMEIRIDADE	qualissigno	ícone	rema
SEGUNDIDADE	sinsigno	índice	dicente
TERCEIRIDADE	legsigno	símbolo	argumento

Fonte: Nöth, 1995

As três tricotomias formam entre si as dez classes de signos, a partir das quais os signos são examinados. A análise geral das classes de signos também foge ao escopo deste trabalho, mas sua aplicabilidade na análise textual será examinada na seção seguinte. Sobre a tricotomia dos signos, Peirce assim a definiu:

Os signos são divisíveis conforme três tricotomias, a primeira, conforme o signo em si mesmo for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral; a segunda, conforme a relação do signo para com seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação com um interpretante; a terceira, conforme seu Interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão (PEIRCE, 2010, p 51-52).

É a partir desses dois conceitos oriundos da semiótica peirciana, especialmente, que a análise textual será realizada. Pretende-se, com o exercício de análise do texto a seguir, demonstrar que a semiótica de Peirce fornece, por meio dos seus conceitos básicos de estudo da classificação de signos e dos tipos de argumentos, uma ferramenta ancorada na lógica para se descobrir os mecanismos de significação empreendidos pelo enunciador.

Umberto Eco, que, entre tantas outras atividades intelectuais foi um teórico da análise literária, comenta sobre o uso que ele próprio fez da semiótica de Peirce em seus estudos sobre interpretação de texto:

Em minha dissertação no Congresso Internacional Peirce, na Universidade de Havard (setembro de 1989), procurei mostrar que a noção de uma semiótica ilimitada não leva à conclusão de que a interpretação não tem critérios. Dizer que a interpretação (enquanto característica básica da semiótica) é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que corra por conta própria. Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz. (ECO, 2005, p. 27-28).

Assim, os “critérios”, conforme assinalados por Eco, serão os conceitos já expostos da semiótica peirciana e que serão aplicados ao texto bíblico com o objetivo de se compreender, com mais profundidade, o sentido que deve ser extraído do corpus literário.

Antes de adentrar no texto que servirá de base para a análise, cabe ressaltar, ainda, que, para Peirce toda palavra, ou mesmo uma frase, deve ser considerada como um símbolo de algo: “Um *Símbolo* é um Representâmen cujo caráter representativo consiste exatamente em ser uma regra que determinará seu Interpretante. Todas as palavras, frases, livros e outros signos convencionais são Símbolos” (PEIRCE, 2010, p. 71). Sendo assim, serão estudadas palavras específicas dentro do texto que ajudam a determinar sua compreensão textual.

Análise textual

O texto escolhido para análise é o do Evangelho de João, capítulo 20, versículos 1 a 10, dando-se especial ênfase ao texto grego koinê, destacando a ocorrência de três verbos no grego que foram traduzidos como “ver” no texto em português. A relação entre esses verbos será de bastante importância dentro do esforço exegético empreendido neste artigo e na análise semiótica desenvolvida. A versão utilizada é a da Almeida Edição Contemporânea, que segue com os destaques das ocorrências dos verbos acima citados:

Na madrugada do primeiro dia da semana, sendo ainda escuro, Maria Madalena foi ao sepulcro e viu [blepw] que a pedra fora removida da entrada. Correu ela ao encontro de Simão Pedro e do outro discípulo, a quem Jesus amava, e lhes disse: Tiraram do sepulcro o Senhor, e não sabemos onde o colocaram. Então Pedro saiu com o outro discípulo e foram ao sepulcro. Os dois correram juntos, mas o outro discípulo correu mais depressa do que Pedro e chegou primeiro ao sepulcro. Abaixando-se, viu [blepw] no chão os lençóis de linho, mas não entrou. Chegou Simão Pedro, que o seguia, entrou no sepulcro e viu [thewrew – considerou/olhou com interesse e atenção] no chão os lençóis e o lenço, que cobria a cabeça de Jesus. O lenço não estava com os lençóis, mas enrolado num lugar à parte. Finalmente entrou também o outro discípulo, que chegara primeiro ao sepulcro, e viu [oraw - testemunho/contemplou] e creu. Ainda não haviam compreendido que, conforme a Escritura, era necessário que ele ressuscitasse dos mortos. Então os discípulos voltaram para casa (Bíblia Sagrada, 2020, p. 686).

O texto, de caráter religioso, constitui-se em uma narrativa a respeito da ressurreição de Jesus, e se desenvolve entre dois polos que são duas hipóteses apresentadas no decorrer da história. É a passagem de uma hipótese a outra que determina o plano da narrativa. Ao se falar em hipótese para o entendimento do sentido do texto, já se utiliza de conceitos provenientes da semiótica peirciana.

A primeira hipótese é a formulada por Maria, ao se deparar com a pedra removida. Pelo relato do texto, ela não chega a entrar na gruta e o que “vê” é apenas a pedra que cobria a entrada fora do lugar. Baseada em sua “visão”, ela corre aos discípulos e afirma: “Tiraram do sepulcro o Senhor, e não sabemos onde o colocaram” (BÍBLIA, 2020, p. 686). Sua hipótese é a do furto do corpo, baseada no seu entendimento a respeito do fenômeno observado.

Na busca da compreensão do significado dessas hipóteses, conforme proposto, ressaltam-se as quatro ocorrências do verbo “ver” no texto em português, que correspondem a três

verbos diferentes no texto grego. Embora todos tenham sido traduzidos pelo verbo “ver”, trabalha-se com a hipótese que cada verbo traz uma carga semântica diferente que, por sua vez, aponta para experiências diferentes para o sujeito. É necessário, portanto, conhecer as definições de cada verbo grego utilizado no corpus apresentado e, a partir disso, investigar as possibilidades de interpretação para a questão apresentada. As definições das palavras ressaltadas do texto grego foram retiradas do livro *The Analytical Lexicon to The Greek New Testament*, de William D. Mounce.

O primeiro verbo é **blepw**, assim definido por Mounce (1993, p. 118): “ter a capacidade de visão, ver, exercitar a vista, encarar... Passivo: ser um objeto de visão, ser visível.”¹. Há um substantivo correlato a esse verbo: – **blemma**: um olhar, o ato de ver, visão² (MOUNCE, 1993, p.117). Esse verbo corresponde à ideia geral de visão, o ato de ver.

O segundo verbo é **thewrew**, assim definido por Mounce (MOUNCE, 1993, p. 245): “um espectador, observar, contemplar, olhar para, ver com interesse e atenção, contemplar mentalmente, considerar, chegar ao conhecimento de, experimentar, submeter-se”.³ O substantivo correlato é **thewria**: “uma contemplação, uma visão, espetáculo”⁴ (MOUNCE, 1993, p. 245).

O terceiro verbo no texto é **oraw**: “ver, contemplar, olhar, visitar (no sentido de “verei vocês de novo”), marcar, observar, ser admitido como testemunha”.⁵ (MOUNCE, 1993, p. 341). Há dois substantivos correlatos a esse verbo: **orasis**: “Visão, vista, aparição, aspecto, uma visão”⁶; e **orama**: “algo visto, visão, aparição”⁷ (MOUNCE, 1993, p.341).

A questão exegética aqui no texto, quanto aos verbos citados, é se eles foram usados como sinônimos – e, nesse caso, a uniformização feita no português por meio do verbo ver estaria correta – ou se há uma diferenciação no significado pretendido pelo enunciador. Pela narrativa, entende-se que a segunda opção seria a melhor, pois parece haver a possibilidade de os verbos significarem um aumento na compreensão dos fatos e no estabelecimento da crença quanto ao fato principal em si, aumento esse demonstrado pela mudança nos verbos utilizados.

Se assim for, então pode-se afirmar que o enunciador estava indicando que o tipo de visão que Maria teve no momento que foi ao túmulo não era a de olhar com atenção, seria uma visão do acontecimento focada apenas no sumiço do corpo e não em outros signos que pudessem ajudar na compreensão do ocorrido e até mudar a sua visão. Chama a atenção o fato de ela não entrar na gruta, mas “ver por fora”.

1. To have the faculty of sight, to see, to exercise sight, to face... Passive: to be an object of sight, be visible.

2. a look, the act of seeing, sight.

3. to be a spectator, to gaze on, contemplate, to behold, view with interest and attention, to contemplate mentally, consider, to come to a knowledge of, to experience, undergo.

4. a beholding, a sight, spectacle.

5. to see, behold, to look, to visit, to mark, observe, to be admitted to witness.

6. seeing, sight, appearance, aspect, a vision.

7. a thing seen, sight, appearance.

A segunda hipótese foi a que Pedro e o outro discípulo formularam ao chegarem e entrarem no sepulcro. O primeiro discípulo chega e vê (**blepw**), mas não entra na gruta. Depois Pedro chega e entra no sepulcro e vê (**theorew**). Finalmente, o discípulo que chegara primeiro entra e vê (**oraw**). A diferença no uso dos verbos parece indicar que há um aumento na compreensão do fato em si, partindo do **blepw** e indo para o **theorew** e **oraw**. O resultado coincide com uma visão de fé. Com isso, uma nova hipótese foi formulada, não mais a do furto, mas de que algo especial acontecera.

Além do uso de verbos diferentes na narrativa, outro fato que chama a atenção é que não somente o tipo de visão mudou, mas também o que eles viram foi algo a mais, além daquilo que Maria havia visto. Pedro e o outro discípulo viram, em momentos diferentes, os lençóis e o lenço que cobrira a cabeça de Cristo. Uma breve explicação aqui é necessária sobre o procedimento de enterro naquele contexto. Era costume que os corpos fossem enrolados em panos e lençóis e depois fossem preparados para o sepultamento com especiarias e perfumes. Dois textos bíblicos demonstram, incidentalmente, esse fato. O primeiro, o relato final da ressurreição de Lázaro: “O morto saiu, tendo as mãos e os pés enfaixados, e o rosto envolto num lenço” (BÍBLIA, 2020, p. 680). O segundo, o relato de Lucas sobre as mulheres que iriam preparar o corpo de Jesus: “As mulheres que tinham vindo com ele da Galileia seguiram a José e viram o sepulcro, e como o corpo fora colocado ali. Então voltaram e preparam especiarias e perfumes. E no sábado descansaram, conforme o mandamento” (BÍBLIA, 2020, p. 668).

Os lençóis e o lenço são o ponto focal da narrativa, para onde os olhares de Pedro e do outro discípulo se voltam e que trazem uma nova hipótese, podendo ser analisados como um signo. Dentro do esquema de dez classes de signos proposto por Peirce, podem ser lidos como um sinsigno indicial dicente, na medida em que fornece uma informação a respeito do seu objeto, pois os lençóis e o lenço estavam moldados pelo corpo, tendo, certamente, ainda sinais dos fluídos corporais. Além disso, ao mesmo tempo, havia neles algo como uma indicialidade negativa, pois apontavam para a ausência do corpo. A presença e a posição deles na gruta – a exemplo do lenço enrolado em um lugar à parte – podem ser lidas como indicação de um cuidado como o enrolar, permitindo uma hipótese alternativa, de que o corpo não teria sido roubado. Para Peirce, o sinsigno indicial dicente:

[...] é todo objeto da experiência direta na medida em que é um signo e, como tal, propicia informação a respeito do seu Objeto, isto só ele pode fazer por ser realmente afetado por seu Objeto, de tal forma que é necessariamente um índice. A única informação que pode propiciar é sobre um fato concreto (PEIRCE, 2010, p. 55).

Nesse sentido, os lençóis e o lenço dobrado informaram a Pedro e ao outro discípulo que o corpo não fora levado, conforme primeiro pensara Maria Madalena. Embora o texto não ofereça detalhes, o que se apreende pelas informações é que a posição dos lençóis e o cuidado com o detalhe da dobra do lenço demonstram que o desaparecimento do corpo não se deu por um furto de forma apressada ou com o intuito de escondê-lo. O signo informou algo

àqueles que o viram, dando base para uma interpretação por parte dos discípulos. É baseado na indicação fornecida pelo signo que a segunda hipótese foi formulada. O texto informa que o outro discípulo viu e creu. Sua hipótese não é determinada claramente no texto, mas, pelo contexto geral do capítulo, essa fé aponta para a ressurreição, embora ainda sem uma compreensão plena, pois também nos é dito que eles ainda não haviam compreendido que “conforme a Escritura, era necessário que ele ressuscitasse dos mortos” (Bíblia Sagrada, 2020, p. 686). A respeito da indicidade, Santaella assim afirma:

No nível de secundidade, o dicente (ou dici-signo ou fema ou quase proposição) é um signo que será interpretado pelo interpretante final como propondo e veiculando alguma informação sobre o existente, em contraposição ao ícone, por exemplo, do qual só se pode derivar informação... Sin-signos indiciais são necessariamente dicentes, pois, tal como uma bússola, na sua presença aqui e agora, por exemplo, são objetos da experiência direta, funcionando como signos que propiciam informação sobre seu objeto (SANTAELLA, 1995, p. 190-191).

Por haver na narrativa um signo de caráter indicial que se torna o ponto focal da história e que faz a ponte entre a primeira hipótese e a segunda hipótese, pode-se classificar o texto, como um todo, como tendo ênfase no modo de representação indicial. Ferraz assim define o índice: “índices são signos que mantêm conexão real com um objeto particular. Uma relação será indexical (ou indicial) quando o signo for interpretado como derivação ou decorrência direta da existência do seu objeto” (FERRAZ, 2012, p. 66).

Ao comentar e discutir sobre o caráter indexical de um texto, tendo em vista as relações contidas nele, Ferraz assim afirma:

O tipo de relação indexical que facilmente encontraremos num texto literário não se baseia no conceito de indexicalidade genuína, mas naquilo que Peirce chamou de índices degenerados[...] espécie de envolvimento de uma representação indexical por uma forma simbólica, cujo caso típico é o daquelas palavras que têm como função principal chamar atenção para situações específicas pertencentes ao contexto comunicativo. Os exemplos citados na teoria costumam envolver nomes próprios, pronomes pessoais e demonstrativos. Estendendo, porém, o conceito a estruturas maiores, como a frase ou mesmo o texto inteiro, podemos encontrar traços de indexicalidade, por exemplo, em todas as mensagens auto-referenciais, cujos significados se atualizam a cada ocorrência do evento leitura, ao mesmo tempo em que se referem a ele. (FERRAZ, 2012, p. 69).

Além disso, a narrativa, por si própria, pode ser entendida também como uma figura do esquema peirciano de obtenção da crença: há a irritação da dúvida, o esforço da investigação (definida pelo “correr” ao local e pelos verbos “ver”) e a crença por fim. Entretanto, ao se fazer essa analogia é necessário um cuidado, pois há um único ponto de contato entre a narrativa do texto e o conceito peirciano, que é o da busca da solução motivada pela dúvida. No caso da filosofia, o resultado – a crença – é fruto não somente da lógica envolvida em uma interpretação, mas do esforço científico de uma comunidade de investigadores que irão colaborar para

que se alcance a conclusão. No caso do texto religioso, a crença é considerada como fruto da Revelação e da busca do seu entendimento.

Nesse ponto, é possível fazer uma relação entre a filosofia peirciana e a de Tomás de Aquino no que se refere à questão da obtenção da crença a partir de um estado de dúvida. A questão da crença interessa à semiótica peirciana, prioritariamente, pela sua relação com o tipo de verdade obtido pelo pensamento científico. Para Tomás de Aquino, entretanto, ela se relaciona com as verdades religiosas e constitui o seu cerne.

Em sua *Suma Teológica*, Tomás de Aquino, em certo momento, discute a questão assim elaborada: Se crer é cogitar com assentimento. Aquino responde de acordo com o seu método de exposição, em que as objeções são primeiramente colocadas, depois há a sua discussão sobre o tema e, por fim, as objeções são rebatidas. Aquino afirma:

Cogitar pode ter três sentidos. Primeiro, de maneira geral, no sentido de qualquer consideração atual do intelecto, como disse Agostinho: “Denomino inteligência aquilo pelo qual, cogitando, entendemos”. De outro modo, chama-se mais propriamente cogitar, a aplicação do intelecto acompanhada de certa investigação, antes de chegar à perfeição do intelecto pela certeza da visão... por isso, cogitar na segunda acepção é entendido como ato do intelecto deliberante e, na terceira acepção, como ato da potência cogitativa (AQUINO, 2012, p.72).

Ressalta-se uma possível correspondência entre a segunda acepção de Aquino de cogitar e o esforço causado pela dúvida em Peirce, pois em ambos está implicada a ideia de investigação. Assim afirma Peirce: “A irritação da dúvida causa um grande esforço no sentido de se alcançar um estado de crença. Chamarei a esse esforço de investigação, embora se deva admitir que esta por vezes não seja a designação mais apropriada” (PEIRCE, 2008, p. 45).

Percebe-se, nos dois filósofos, a referência a um processo de se chegar a um estado de crença a respeito de um modo de ser dos fatos a partir de uma investigação. Assim, a crença a respeito de algo, tanto na teologia filosófica de Aquino quanto na semiótica peirciana, baseia-se em um raciocínio a respeito de um assunto. Embora Tomás de Aquino tenha como horizonte a teologia, usando a filosofia para chegar a seu objetivo, nota-se o uso extensivo da lógica em sua argumentação e na própria fonte de autoridade em seu discurso. Assim, o argumento de Peirce quanto à “Autoridade”⁸ como método da fixação da crença, especialmente nos discursos religiosos, precisa ser colocado em um contexto específico ao se ler Aquino.

Por fim, embora o espaço deste artigo não permita os aprofundamentos que a questão mereceria, pode-se afirmar, com base nos textos dos autores referenciados neste artigo, que a crença, dentro dos escritos tomistas, não é uma fé cega, mas baseia-se na investigação. Não se encontra em Aquino, muito menos em Peirce, uma oposição – nem contradição – entre crença e razão, conquanto que a crença seja fruto de uma lógica.

8. Autoridade, na lógica peirciana, é um método de fixação da crença baseada na imposição de uma instituição superior ao indivíduo e que lhe determina o que crer.

Considerações Finais

Os resultados alcançados no processo de interpretação do texto bíblico demonstraram que o uso da semiótica peirciana é de valia para tal empreendimento e, por extensão, com os textos literários em geral. Ao tratar as duas situações do texto em que Maria, primeiramente, e depois os discípulos vão túmulo e formulam ideias sobre o desaparecimento do corpo de Jesus como hipóteses lógicas, é possível alcançar uma compreensão maior sobre seus mecanismos de significação, além de perceber como a busca de respostas por parte dos discípulos se assemelha, por analogia, ao processo de investigação para dirimir a irritação da dúvida, e ainda a classificação dos lençóis e do lenço como um signo que aponta para uma realidade dentro do corpus.

O texto, em si, é um signo que se relaciona a mais de um objeto, sendo que esse conjunto de objetos é chamado por Peirce de “Objeto Complexo” (PEIRCE, 2010, 47). Por se tratar de um texto religioso, ele tem por objetivo gerar fé nos seus receptores, o que é claramente indicado no texto, já que o resultado final da narrativa é que o discípulo “creu”, embora ainda sem um conhecimento pleno, como o texto indica. O efeito para a geração de fé é desvelado pela análise realizada, já que a história se inicia com uma situação de desconhecimento – demonstrado pela hipótese de Maria – para uma situação de fé, após a visão do signo que trouxe uma informação importante dentro do contexto. A interpretação que os discípulos tiveram do signo – os lençóis e o lenço – os levou a cogitar que algo que não o furto tivera acontecido. A resposta para entender o que é esse algo é encontrada entre os fatos e a fé.

Pela análise realizada, percebe-se também que o uso de conceitos da semiótica não deve ser feito por meio de uma fórmula mecânica que seria aplicada a todo e qualquer texto indistintamente, mas o próprio texto deve indicar como ele deve ser analisado e interpretado. Assim, o semioticista deve procurar entender como o texto se apresenta para então empreender o processo de semiose. O texto orienta sua própria interpretação.

Depreende-se, por fim, a utilidade da semiótica geral em textos bíblicos e literários, tendo em vista as considerações e contingências observadas neste artigo.

REFERÊNCIAS

AQUINO, T. *Suma Teológica*. 3. ed. V. 5. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2004.

BÍBLIA sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida, Edição Contemporânea. São Paulo-SP: Editora Vida, 2020.

ECO, U. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo – SP, Martins Fontes, 2005.

FERRAZ, E. A Leitura do Texto Literário: Uma Abordagem Semiótica. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 37 n.62, p. 65-81, jan.-jun., 2012.

IBRI, I. A. *Kósmos Noetós – A Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo-SP: Paulus, 2015.

MOUNCE, W.D. *The Analytical Lexicon to the Greek New Testament*. Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House, 1993.

NÖTH, W. *Panorama da Semiótica de Platão a Peirce*, São Paulo: Annablume, 1995.

PEIRCE, C. S. *Ilustrações da Lógica da Ciência*. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2008.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. 3. ed. São Paulo-SP: Perspectiva, 2010.

SANTAELLA, L. *A Teoria Geral dos Signos*. São Paulo-SP: Editora Ática, 1995.